



PODER

A dois meses da COP30, Sabino tenta sobreviver

Sob pressão do União Brasil, que deu ultimato para desembarque do governo, ministro do Turismo entrega carta de demissão ao presidente Lula, mas diz confiar em uma eventual negociação entre o chefe do Executivo e o partido para seguir no cargo

» FERNANDA STRICKLAND
» EDUARDA ESPOSITO

O ministro do Turismo, Celso Sabino, anunciou ter entregado a carta de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem, 14 dias após o ultimato dado pela federação União Progressistas (UPb) — que reúne o União Brasil e o Progressistas — para que todos os filiados com mandatos renunciem aos cargos no governo federal. Deputado licenciado, Sabino afirmou seu desejo de continuar à frente da pasta e disse ter esperança em uma eventual negociação entre o chefe do Executivo, que gostaria de mantê-lo na função, e seu partido, o União Brasil, para reverter o quadro. Informações de bastidores, porém, apontam que o PDT e o próprio PT estão de olho na vaga.

“Tive uma conversa com o presidente da República em virtude da decisão do partido ao qual sou filiado de deixar o governo. Hoje (ontem), vim aqui cumprir o meu papel, entreguei a minha carta e o pedido de saída do Ministério do Turismo, cumprindo a decisão do União Brasil. A minha vontade é clara: continuar o trabalho que a gente vem fazendo”, disse. “A gente tem um trabalho de diálogo mantido, e hoje o presidente acenou com a possibilidade de ampliar esse diálogo com o União Brasil para que a gente possa ver quais serão as cenas dos próximos capítulos”, acrescentou.

Questionado sobre uma possível permanência no cargo, Sabino ressaltou confiar no diálogo. “Acredito no diálogo e que os homens públicos, que têm compromisso com a nação brasileira, vão trabalhar juntos pelo bem do país”, pontuou. Entretanto, ele não respondeu se sairia do União Brasil para permanecer como ministro do Turismo.

O governo federal está hoje numa situação mais favorável para negociar do que quando a federação determinou o desembarque dos seus filiados, no início do mês. Além da série de derrotas sofridas pelo bolsonarismo, tanto no Judiciário

Roberto Castro/Mtur



Sabino com Lula: “Acredito no diálogo e que os homens públicos, que têm compromisso com a nação brasileira, vão trabalhar juntos pelo bem do país”

quanto no Legislativo, a gestão Lula comemora o aceno do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de discutir o tarifaço imposto a produtos brasileiros.

De qualquer forma, a saída de Sabino abre espaço para o chefe do Executivo reorganizar a composição política de sua equipe, em um momento em que negociações com partidos da base e aliados estratégicos ganham peso na articulação em torno de votações importantes para o governo.

Quem também deve deixar a Esplanada é o ministro do Esporte, André Fufuca (Progressistas). Ele tem até o fim do setembro para se demitir.

Já Frederico de Siqueira (Comunicações) e Waldez Góes (Integração) são considerados indicações pessoais do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e, como também não são filiados ao partido, não serão afetados pela ordem da federação.

Apesar de ter entregado a carta de demissão, Sabino seguirá como ministro até a próxima quinta-feira, quando acompanhará Lula na viagem a Belém para inaugurações de obras da COP30. “Recebi do presidente um pedido. Na próxima semana, haverá uma ação pela qual todos nós do governo, inclusive o Ministério do Turismo, temos trabalhado para a COP: inauguração de boa

parte das obras, grande parte delas vão servir para receber os chefes de Estado e delegações. O presidente pediu que eu o acompanhasse nessa missão à cidade de Belém, e assim vamos”, comunicou.

Antes do ultimato da União Progressistas, presidentes e parlamentares das legendas já defendiam a saída do governo e sustentavam que seria uma “questão de tempo” até que acontecesse. Um episódio emblemático foi a recusa do líder do União na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), de assumir a pasta das Comunicações, após a demissão de Juscelino Filho (União-MA). À época, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais,

Gleisi Hoffmann (PT), havia anunciado o parlamentar como novo ministro, mas Fernandes publicou uma carta afirmando que seguiria o desejo da bancada e, por isso, não poderia aceitar o convite para integrar a Esplanada.

Outro nome influente na federação que sempre foi a favor do rompimento com a gestão Lula é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), que lançou sua pré-candidatura para a Presidência da República em 2026. No anúncio da aliança entre os dois partidos, ele comemorou nas redes sociais a decisão dos presidentes das siglas de desembarcar do governo.

As trocas

Veja as mudanças desde o início do governo Lula

2023

Abril

» Sai Gonçalves Dias, após virem à tona filmagens do 8 de Janeiro. Hoje, a pasta está sob comando do general Marcos Amaro dos Santos

Setembro

» No Ministério do Esporte, Ana Moser é trocada por André Fufuca (PP)

2024

Janeiro

» Entra Ricardo Lewandowski no lugar de Flávio Dino, indicado ao STF

Setembro

» Denúncia de assédio derruba Silvio Almeida nos Direitos Humanos. Macaé Evaristo assume a pasta

2025

Janeiro

» Ante a queda de popularidade de Lula, Paulo Pimenta é substituído por Sidônio Palmeira

Março

» Alexandre Padilha assume o Ministério da Saúde, no lugar de Nísia Trindade

» Gleisi Hoffmann fica com a vaga na Secretaria de Relações Institucionais

Maio

» Carlos Lupi pede demissão do Ministério da Previdência ante o escândalo das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS. O cargo é ocupado por Wolney Queiroz

Maio

» No Ministério das Mulheres, Cida Gonçalves dá lugar a Márcia Lopes

Minas e ES vão receber R\$ 1,6 bilhão do Fundo Rio Doce

Ricardo Stuckert / PR



Cerimônia no Planalto: verbas atenderão municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão

Integrantes

O CFPS Rio Doce contará com 36 conselheiros, entre representantes do governo e da sociedade civil, incluindo movimentos sociais como o MAB, MST, Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce, Fetaes e Instituto Terra. Também participam representantes de comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas da região. As reuniões serão realizadas nos próprios territórios atingidos.

O governo federal anunciou ontem um pacote de investimentos de R\$ 1,6 bilhão para ampliar e modernizar a rede de saúde em 48 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG) em 2015. A medida integra o Novo Acordo do Rio Doce, que repactuou a reparação da tragédia ambiental e financeira da Samarco e prevê aportes totais de R\$ 170 bilhões ao longo de 20 anos.

O anúncio foi feito durante a posse do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba (CFPS Rio Doce), instalado em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e representantes da sociedade civil. O colegiado será responsável por acompanhar a execução dos recursos e deliberar sobre o Fundo Popular de R\$ 5 bilhões, voltado a projetos comunitários em áreas como segurança alimentar, economia solidária, educação popular, esporte, cultura e defesa dos territórios.

Durante o evento, o presidente Lula destacou que o novo modelo de reparação busca evitar falhas do processo anterior. “O acordo

foi feito para todo mundo, para aqueles que concordaram, para aqueles que não concordaram, para pessoas que não concordaram. Todos vão receber seu dinheiro. Porque era importante a gente não repetir os erros do passado. O que estamos fazendo é dizer que é possível fazer as coisas diferentes do que vinha sendo feito até então”, destacou.

Lula defendeu ainda a transparência e o acompanhamento popular dos investimentos. “Agora não é mais a Vale. Somos nós e vocês, moradores da região, tomando conta dos recursos. Precisamos aplicá-los da melhor forma possível, sem permitir que haja qualquer desvio ou qualquer atraso de dinheiro.”

Estruturas

Segundo o governo, os recursos destinados à saúde permitirão a construção ou a reforma de 104 novas estruturas do SUS, incluindo 51 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 11 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), 34 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), oito policlínicas e dois hospitais. Também estão previstas Unidades Odontológicas

Móveis, investimentos em tele-saúde, saúde digital, aquisição de insumos, medicamentos, ambulâncias e equipamentos.

Um dos destaques será a criação do Centro de Referência das Águas, em Governador Valadares (MG), que atuará no monitoramento permanente da qualidade da água em parceria com universidades. Outro projeto emblemático é a construção de um Hospital Universitário em Mariana, vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Mais da metade do montante anunciado — R\$ 826 milhões — será transferida diretamente às prefeituras até 2026, com R\$ 562,6 milhões liberados ainda neste ano. O Ministério da Saúde aplicará R\$ 745 milhões na instalação de quatro centros especializados no atendimento a populações expostas a substâncias tóxicas.

O Fundo Rio Doce, que financia as ações, foi criado em 2024 após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e prevê repasses de R\$ 100 bilhões da Samarco em 20 anos. Do total, R\$ 49,1 bilhões caberão à União, sob gestão do BNDES e orientação de um comitê interministerial coordenado pela Casa Civil. (FS)